

Erro de cálculo

17 AGO 1985

O presidente José Sarney tem se comportado muito acima das expectativas, ele que não esperava que o poder viesse cair de repente em suas mãos. Na verdade, ele surpreendeu o País pela humildade, a compostura e a sensibilidade para conferir ao exercício do mais alto cargo aquele ar grave com que a Nação havia se desacostumado durante os seis anos de trêfega ocupação pelo general João Figueiredo.

Sarney cometeu o primeiro grande erro político de seu Governo ao não aplicar a um oficial da ativa a punição que ele merecia, por transgredir os regulamentos disciplinares, no caso o general Euclides Figueiredo, que fez sucessivos pronunciamentos comentando problemas de natureza política.

O Presidente da República já foi informado de que este é o pensamento do ex-presidente Ernesto Geisel e de vários outros generais, para os quais o Governo nascente não poderia conciliar com a indisciplina do comandante da Escola Superior de Guerra, sob pena de dar uma demonstração de fraqueza que poderá ser habilmente utilizada pelos que estão relacionados a Euclides, nas sombras.

As alegações do Palácio do Planalto não convencem. Uma delas é de que Euclides está frustrado porque não chegou nem à chefia do Estado-Maior do Exército, com que sonhava, e espera impacientemente que a compulsória o alcance de forma inapelável, no dia 4 de outubro, quando terá que substituir a farda por vistoso pijama.

A outra, a de que convém não criar problema, mesmo porque, quando um militar fala, há sempre um núcleo de insatisfeitos conspirando à sua sombra. Como é frágil o argumento de que seu superior hierárquico, almirante José Maria do Amaral, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, é mais moderno na vida castrense do que o general-irmão do ex-presidente Figueiredo.

É verdade que, no Brasil, militares que foram retirados do poder costumam conspirar contra o Governo utilizando, para potencializar sua articulação conspiratória, companheiros que não têm o que perder, e muitos terão razões para aplaudir, em silêncio, o general Euclides Figueiredo.

No Brasil, a disciplina militar alcança estranhamente os militares da reserva, que são casados eternamente, proibidos igualmente de fazer qualquer pronunciamento político. Uma grave restrição de cidadania. O Governo Castelo Branco eliminou essa proibição esdrúxula, que viria a ser restaurada pelo general Figueiredo através de decreto publicado a 4 de dezembro de 1984.

O senador Itamar Franco apresentou projeto de lei no Senado excluindo os militares na reserva ou reformados das sanções previstas nos regulamentos disciplinares. O projeto foi aprovado pela Comissão de Justiça e já passou na Comissão de Segurança Nacional com parecer contrário do relator (senador Milton Cabral, da Paraíba), devendo ser votado até o fim do mês.

Quanto ao general Euclides Figueiredo, o Governo continua desconfiado de que ele não falou por si só, num desabafo que não parece estranho ao temperamento da sua família. Ao invés de ter evitado um problema, Sarney pode estar alimentando um monstro mais perigoso.

TARCISIO HOLANDA